

Colômbia: guerra em duas frentes o paramilitarismo e as FARC

LUANA A. AYALA



O paramilitarismo na Colômbia divide opiniões: para alguns é uma política de terror do Estado, já para outros é uma resposta aos abusos da guerrilha por parte de cidadãos vivendo em uma ausência de Estado atuante como protetor. Em qualquer uma das opções, o Estado é o principal responsável pela sua existência.

Foi na década de 1960, com o surgimento de diversas organizações guerrilheiras como a Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), o Ejército de Libertación Nacional (ELN) e o Movimiento 19 de Abril (M-19), que o conflito armado no país se intensificou. A consequência disto foi o estabelecimento do Estado de Sítio no país e da Lei 48 de 1968, que permitiu a formação de grupos de autodefesa sob o controle das Forças Armadas. O próprio Estado permitiu que estes grupos utilizassem armas e os apoiou logisticamente com o objetivo de combater às guerrilhas. Isto se deu em um contexto de Guerra Fria e Doutrina de Segurança Nacional.

Entretanto, foi apenas na década de 1980 que esses grupos de autodefesa se transformaram de fato em paramilitares, pois não seguiam mais a lei e estavam associados a atividades criminais e ao narcotráfico. Os paramilitares tinham um caráter de dualidade em relação ao Estado: eram parceiros na luta contra grupos insurgentes e inimigos com relação ao narcotráfico. Nesse contexto, é nos anos 1990 que os paramilitares se consolidaram na

Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), com o objetivo de atuar contra as guerrilhas.

Já as FARC constituíram-se oficialmente em 1964 como uma organização de cunho marxista-leninista. Devido à ausência de instituições legais, a guerrilha oferecia uma certa ordem social para a população, em sua maioria camponesa, sendo este um dos motivos para que conseguissem tantos adeptos. Seus métodos de financiamento são os sequestros, os impostos e as taxas sobre atividades econômicas, e a economia da droga (principalmente a produção de coca).

As relações do governo com as FARC caracterizam-se por períodos alternados de paz e violência. O seu posicionamento em relação a elas também se modificava à medida que alternava a presidência. A primeira tentativa de negociação malsucedida foi na década de 1980, no governo de Belisario Betancur, em que o acordo de cessar fogo firmado em 1984 com as FARC e outros grupos causou uma percepção negativa por parte das elites e das Forças Armadas. O partido Unión Patriótica (UP) formado por vários integrantes das FARC e fundado em 1985 a partir do diálogo com o presidente Betancur foi exterminado pelo paramilitarismo nos anos seguintes. Estes também assassinaram vários candidatos à presidência e em 1988 cometeram massacres que tiveram impacto na opinião pública. Já a segunda tentativa de conciliação com as FARC se deu em 1998, com o presidente Andrés

Pastrana que concedeu à guerrilha uma área desmilitarizada ao sul do país, mas foi fracassado.

Durante o governo de Álvaro Uribe, nota-se uma postura diferenciada de atuação em relação às FARC e às AUC, apesar de serem igualmente grupos armados ilegais. A primeira foi tratada como um alvo de guerra, já com a segunda iniciaram as negociações políticas. Assim, culmina-se na desmobilização oficial das AUC em 2006.

Em setembro de 2012 iniciaram-se novas negociações entre o governo e as FARC, através do acordo firmado em agosto de 2012 que estipulava os temas a serem discutidos, as regras e os procedimentos. Os principais pontos eram: desenvolvimento rural, garantias de direitos civis e políticos para membros desmobilizados da guerrilha, fim do conflito armado, tráfico de drogas, segurança aos direitos das vítimas e a realização de julgamentos dos envolvidos em assassinatos, sequestros e torturas.

Ainda com o desmantelamento oficial das milícias paramilitares em 2006, as FARC continuam denunciando sua impunidade na região e pedindo o desmantelamento destas organizações. Durante a rodada de negociações com o governo no final de maio de 2015 as FARC fizeram um discurso em que afirmaram que desde o início da presidência de Juan Manuel Santos, já foram registradas 1.762 agressões contra defensores de direitos humanos, entre eles 283 homicídios e 171 atentados. O representante das FARC afirma que são “agresiones sistemáticas, con patrones de ataque y que existen trabas en las investigaciones de estos casos”. Para eles, a responsabilidade por estes crimes é, na maior parte, das organizações paramilitares e, ainda, denunciaram a existência de mais de 80 grupos atuantes, entre eles: as Águilas Negras, os Rastrojos, o clan Úsuga e o Erpac.

Entretanto, as autoridades, com uma atitude claramente de negação, mantém a afirmação de que esses grupos deixaram de existir. O discurso das FARC diz ainda: “El paramilitarismo sigue existiendo en Colombia, se extiende nuevamente por todo el país y actúa impunemente”. Para elas, a resposta a esta situação, que já foi citada na Mesa de Diálogos de Paz pela própria organização, deveria ser de nomear uma Comissão que se encarregue especificamente em esclarecer e desmantelar o paramilitarismo. Assim, insiste-se em nomear esta Comissão rapida-

mente e aprovar “nuevas leyes y políticas públicas para erradicar estas estructuras, así como para prevenir definitivamente su reaparición”.

Por fim, é categórico afirmar que o Estado colombiano atuou de forma bastante cambiante em relação ao fenômeno paramilitar. Primeiramente foi legalizado, mas pouco regulamentado, em seguida foi definido como ilegal, entretanto, foi ignorado pelas autoridades ou visto como anexo do narcotráfico e, por fim, perseguido pelas autoridades, mas apoiado pelo poder local. Isto demonstra que os próprios governos são contraditórios em suas opiniões sobre estas organizações.

Ainda assim, o processo de paz com as FARC continua, e a Colômbia encontra-se submersa em uma série de conflitos. As guerrilhas e os grupos paramilitares surgem a partir de uma falta de identificação dos cidadãos com o Estado, o governo oficial não consegue restabelecer o monopólio do uso da força, já que não está respaldado pela sociedade.

Bibliografia:

BRITO, María Luján; CORDIVIOLA, Marcelo. Colômbia: o divórcio entre o Estado e a nação. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v.46, n.1, p.222-226, Junho 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 03 jun. 2015.

PENAJARAMILLO, Daniel García. La Relación del Estado Colombiano con el Fenómeno Paramilitar: por el Esclarecimiento Histórico. *anal.polit.*, Bogotá, v.18, n. 53, jan. 2005. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052005000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 jun. 2015.

RIVERA, Edgar de Jesús Velásquez. Historia del paramilitarismo en Colombia. *História, Franca*, v. 26, n. 1, p. 134-153, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742007000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 jun. 2015.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v.53, n.1, p. 67-88, Julho 2010. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 03 jun. 2015.
<<http://www.cidh.org/countryrep/Colombia04sp/informe3.htm>> Acessos em 03 jun. 2015.